



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia quatorze de junho de dois mil e dezesseis, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: José Geraldo Guedes – Presidente, André Luiz Vieira da Silva – Vice-Presidente e Silvânio Aguiar Silva – Secretário. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a ausência justificada do vereador Nélio Aurélio de Souza. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, pela ordem”. O Senhor Presidente: “pela ordem”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “em função da falta de público, eu gostaria de pedir ao Senhor a dispensa do Hino”. O Senhor Presidente: “consulto o Plenário sobre a solicitação do vereador Silvânio Aguiar. Aprovado, sete votos”. Logo após, o Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia sete de junho de dois mil e dezesseis, e a Ata da Reunião Solene do dia nove de junho de dois mil e dezesseis foram encaminhadas aos gabinetes para os vereadores conferirem-nas. Colocou-as em discussão, nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou as duas Atas. Logo após, o Senhor Secretário proferiu leitura das correspondências recebidas: 1) “Ofício 01/2016. Nova Lima, 31 de maio de 2016. Da: ASTEM (Associação dos Servidores Técnicos Empregados do Município). Ao: Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nova Lima. Assunto: Agendamento de reunião. Excelentíssimo Senhor Presidente do Legislativo Municipal, pelo presente, vimos encaminhar à Vossa Excelência pedido de reunião conjunta entre a diretoria da Associação dos Técnicos e os demais parlamentares, no sentido de apresentação de um estudo sobre a atual situação do Técnico Municipal. Sem mais para o momento,



apresentamos nossos protestos de elevada estima e apreço. Cordialmente, Gláucia Alves O. Santana, Presidente, e João Batista de Oliveira, Secretário Geral”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, dentro desta solicitação, uma vez que eu tenho uma relação, um contato com a senhora Gláucia Alves, eu gostaria de solicitar que o Senhor consultasse o Plenário para que a gente agendasse essa reunião com esses profissionais dentro da agenda normal da Câmara”. O Senhor Presidente: “consulto o Plenário sobre a solicitação do vereador Silvânio Aguiar. Se o Plenário concordar, marcaremos para a próxima terça-feira, às dezesseis horas, na Câmara Municipal. Os vereadores que concordam com a solicitação do vereador Silvânio Aguiar permaneçam como estão. Aprovado, sete votos”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “qual associação?”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereadora, é uma associação que os funcionários estão criando dos técnicos da prefeitura”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “ah, tá”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “é especificamente da área de saúde”. 2) O Senhor Secretário: “outra correspondência, um atestado com letra de Dr. Fausto, que eu não consigo ler, mas é um atestado médico do vereador Nélio Aurélio, justificando a sua ausência aqui hoje”. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Veto Integral ao Projeto de Lei nº 1.581/2016, autoria do vereador Gilson Antônio Marques, que dispõe sobre a obrigatoriedade de licenciamento e emplacamento de veículos prestadores de serviços no âmbito do Município de Nova Lima, e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão Especial, designada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Fausto Niquini Ferreira, Alessandro Luiz Bonifácio e Leci Alves Campos, para emissão de parecer. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente. Eu sei que o projeto não está em discussão hoje, o veto, mas eu queria adiantar algumas



considerações aqui. Primeiro, quando o prefeito fala das regras de competência, além do princípio de separação de poderes, acho que ele está esquecendo que a Câmara é constituída para fiscalizar o Executivo, exatamente para fiscalizar as ações dele e criar leis. Então, quando está criando uma lei está no poder constitucional da Câmara sim. Há uma controvérsia, acho que o advogado dele está muito mal informado. Segundo, quando ele fala que a matéria... Não podemos legislar sobre matéria de interesse local, é óbvio que é uma matéria de interesse local, nós estamos falando do veículo que presta serviço na nossa cidade e que leva a riqueza da nossa cidade para fora do município. Terceiro, quando ele fala que o Legislativo está administrando para ele, óbvio, nós temos que fazer isso mesmo, uma cidade sucateada igual está aí na mão dele, se a gente não interferir, ela vai para o abismo de vez, porque vê quantas considerações o prefeito fez dentro desse veto para dificultar as... Dificultando as condições das empresas que vêm prestar serviço ao município, de transferir a placa para cá? Uma coisa simples que eu faço com o meu, qualquer um faz com o dele e ela tem que fazer. Para além disso, quando se faz uma licitação, existe uma planilha de custos que a empresa, sabedora de que ela vai ter que transferir o carro, vai estar dentro da planilha de custos dela sem sombra de dúvidas, não existe burro no mercado, burro não sobrevive no mercado. Mas o que me chama atenção de tudo isso? Quantas dificuldades ele colocou aqui em favor das empresas e quanta facilidade ele colocou quando mandou o projeto para cá cortando tudo que o servidor, que constrói a riqueza dessa cidade, tem de benefício do servidor público. Talvez se ele estivesse arrecadando à altura do município, do que o município merece, não precisaria o servidor estar em estado de miséria. Quantas vezes... Quantos servidores estão em dificuldades hoje porque confiaram nesse prefeito e fizeram uma prestação de... Um exemplo, de quatrocentos, quinhentos reais e perderam mil, dois



mil... Está com o nome no SPC, está sem condição até de comer? Quantos servidores? Isso tudo imbui nesse projeto aqui, com certeza. Então, eu vou deixar o resto do discurso muito bem preparado, com certeza, para o dia que ele entrar em discussão na próxima terça-feira, se Deus quiser. Muito obrigado”. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.572/2016, autoria do vereador Alessandro Luiz Bonifácio, que “Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e dá outras providências” – Associação Esportiva Ferrulha. O vereador Gilson Antônio Marques: “vereador, Senhor Presidente, antes de abrir essa leitura, eu queria só fazer uma consideração que eu esqueci de fazer aqui” O Senhor Presidente: “perfeitamente”. O vereador Gilson Antônio Marques: “mais uma coisinha muito importante que me chama atenção, quando ele fala que o legislador está entrando na administração pública, mal do nova-limense se não fosse essa Câmara, mal do nova-limense se não fosse o legislador entrar na administração pública. Se a gente não tivesse errado lá atrás, como eu estou cansado de dizer aqui e tivesse entrado de fato, não estaríamos aí investigando uma CPI de trinta milhões de reais de desvio exatamente nas licitações”. O Senhor Secretário proferiu leitura do parecer supracitado. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O vereador Fausto Niquini: “Senhor Presidente, questão de ordem. Senhor Presidente boa noite, boa noite Mesa Diretora, nobres vereadores, boa noite público presente, boa noite àqueles que nos assistem pela TV Banqueta. Senhor Presidente, uma vez que esse projeto já se encontra há mais de seis meses tramitando nesta Casa, eu gostaria que o Senhor consultasse os vereadores para a dispensa de interstícios e que votássemos hoje ainda, em primeira e segunda votações, esse projeto. Muito obrigado”. O Senhor Presidente: “consulto o Plenário e coloco em votação a



dispensa de interstícios e votação em dois turnos na segunda parte da reunião, para a votação do Projeto de Lei nº 1.572/2016, autoria do vereador Alessandro Luiz Bonifácio, que “Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e dá outras providências” – Associação Esportiva Ferrulha. Em votação, os vereadores que concordam com a solicitação do vereador Fausto Niquini permaneçam como estão. Aprovado, nove votos”. 2) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.587/2016, autoria do Poder Executivo, que “Estabelece Diretrizes Gerais para a Elaboração e Execução da Lei Orçamentária do exercício de 2017 e dá outras providências”. O Senhor Secretário informou que o parecer não tem a assinatura do vereador Alessandro Luiz Bonifácio. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. 3) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.589/2016, autoria da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira, que “Dá denominação a logradouro público que menciona e contém outras providências” – Rua Cecil Jones. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. 4) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.590/2016, autoria do vereador José Guedes, que “Dispõe sobre o Programa de Assistência Social e Qualificação Profissional direcionados à população em situação de rua”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Senhor Presidente: “encaminho o Projeto de Lei nº 1.590/2016 à Comissão de Serviços Públicos Municipais e espero que o prefeito não vete este projeto. Nossos irmãos estão jogados nas ruas, principalmente no tempo frio. A gente que percorre toda Nova Lima, nós somos sabedores que nossos irmãos estão jogados ao relento. Que o Prefeito ponha a mão na consciência e não vete este projeto que vai beneficiar as pessoas que não deram



tanta sorte na vida como nós, temos nossa cama quentinha, temos nossos alimentos, graças a Deus. Então, o coração da gente dói e espero que Nova Lima, o social da Prefeitura aja o mais rápido possível”. Dando continuidade, o Senhor Presidente, por deliberação plenária, colocou em discussão e votação o Projeto de Lei nº 1.572/2016, autoria do vereador Alessandro Luiz Bonifácio, que “Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e dá outras providências” – Associação Esportiva Ferrulha. Em primeira votação, aprovado por nove votos. Em segunda e última votação, aprovado por nove votos e encaminhado à sanção. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, antes de o senhor partir para a parte dos requerimentos, deixa eu comunicar à Casa uma coisa que vem me preocupando muito neste processo eleitoral. Depois de três meses... Última vez que eu estive no Executivo, eu estive junto com a vereadora Ângela Lima, tendo uma discussão no momento certo que era sobre política mesmo, política do município. Então, era um momento muito... Que a gente precisava estar junto e conversar sobre isso. Então, depois de três meses, eu volto numa reunião no Executivo e o que me chamou muita atenção é que ao chegar numa reunião agendada, que eu agendei num dia de quinta-feira, lá estava um pré-candidato a vereador e seu assessor dentro da reunião do vereador eleito, e isso me chamou muita atenção porque é algo que nos preocupa, porque uma reunião de vereador já agendada, que já é tão difícil agendar uma reunião, quando a gente agenda você depara com tal situação. E o pior que me chama muita atenção é que a reunião que eu tinha agendado era com a minha comunidade, de onde eu venho. Então, eu não vou dizer o nome aqui hoje porque eu acho que... Não quero fazer política contrária a ninguém, mas é algo que não cabe mais, neste século não cabe mais não, talvez no que passou, não é? Então, é assim, chega a ser um absurdo. E o pior, que naquele exato momento e aquele horário, aquele assessor que



estava ali deveria estar trabalhando porque tem um cargo comissionado. Mas eu também não medi palavras, eu disse para o assessor exatamente isso: o local dele era qualquer outro menos ali. Então, ou seja, não estava fazendo o trabalho dele e ainda estava atrapalhando uma reunião de um vereador eleito. Aí quando o povo fala: ‘ah, o Flávio tem dificuldade’. Não, dificuldade nenhuma. Cada um segue o seu momento, o seu caminhar, eu respeito todo mundo, mas tem que me respeitar também. Então, Senhor Presidente, estou comunicando à Casa porque é algo que ocorreu com um vereador eleito e representante deste Poder. Então, eu espero que não ocorra com os senhores também porque o sentimento é muito ruim, é um sentimento de que parece que a eleição já terminou, já havia uma votação, uma eleição, então, isso não pode acontecer. Aí eu conversei com o prefeito exatamente neste aspecto, eu falei: ‘olha, se a reunião continuar neste mesmo sentido, eu chamo as pessoas e vou embora’ porque está errado, não está certo não. Aí eu espero que a condução também de cada um seja nesse sentido, nas reuniões de quinta-feira a gente passa a não aceitar isso também porque isso é um absurdo. Problema nenhum em fazer campanha, nenhum, mas não pode ser na minha reunião, não admito. Eu acho que só escolheu a reunião errada, talvez o costume de fazer em outras funcionou, na minha eu não aceito. A comunicação, a Casa é exatamente isso, é que enquanto vereador eleito, aquilo me chamou atenção porque aquele momento era o momento de um agendamento de uma reunião política e política para o momento, necessidade de um povo, não era política para uma votação, para uma eleição. Obrigado, Presidente”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, eu gostaria de falar em cima da fala do vereador Flávio”. O vereador Flávio de Almeida: “concedo”. O Senhor Presidente: “vereador, eu vou lhe dar a palavra, mas eu gostaria também de colocar que os vereadores estão no mandato, acho que nós temos que ser



respeitados, nós temos uma cadeira aqui, nós fomos votados, vereador Flávio. Então, não é a primeira vez, não é a segunda vez, não é a terceira vez que nós estamos sendo atropelados por pré-candidato Tiago Tito. É um oportunista, ele fica na prefeitura o tempo todo vasculhando documentos e na hora da benfeitoria ele vai atropelar, um atropelo violento porque ele é um pré-candidato e nós somos eleitos, quem vota aqui são os dez vereadores, então... Eu tenho quinze anos que eu luto pela água lá do Belarmino, aquele bairro pobre, fossa para todo lado. O que mais me dói é que já está empenhada aquela obra, duzentos e cinquenta e oito mil, um convênio com a Prefeitura que este vereador batalhou juntamente com moradores lá do Belarmino. O Guto, nós fomos na Copasa, perdemos nosso tempo todinho em dez ou doze reuniões. Então, semana passada, o vice-presidente da Copasa veio até esta Câmara no evento do PR e eu solicitei do vice-presidente da Copasa que colocasse a água lá para aquele povo. Eu também tenho um barraco lá e eu tenho lutado para aquele povo lá, tem cerca de, hoje, de cinquenta pessoas com casa naquele local. Eu não sei se esse pré-candidato Tiago Tito ouviu ou viu alguém falando ou o Juninho simplesmente respondeu que já está no momento de colocar água para aquele povo. E eu assustei que esta semana eu vi na rede social que o pré-candidato foi lá na Copasa, sentou com a Copasa... Sentar lá com a Copasa, eu e Guto já fomos lá doze vezes. Então, eu acho que ele tem que respeitar. Se já está empenhado, lá na Câmara, está faltando pouco para colocar água lá para aquele povo, ele vai lá furar o vereador? Ô Tiago Tito, para com isso, é a terceira vez. Não vou alongar mais. Sobre a colocação lá das academias ao ar livre, que eu acho que o Prefeito deveria chamar os vereadores que tem requerimentos sobre a indicação nos bairros; não, o Prefeito vai lá e chama os presidentes de associação de bairros? Pode até chamar, mas tem que chamar o vereador, isso é obrigação dele respeitar os requerimentos. Então, isso



é o princípio, estou chamando atenção, a partir do dia dezesseis de agosto, se a Câmara não tomar, os dez aqui, nós seremos atropelados a cada minuto. Isso não é correto. Está empenhado, está empenhado. Outra do Tito, ele com... Se eu abrir a caixa de ferramenta aqui eu fico falando até amanhã, uma covardia que os dois fizeram com a verba destinada para o projeto Mariinha do Deputado João Vítor, atendendo uma solicitação deste vereador, quinze mil reais. A documentação veio por duas vezes para estas duas pessoas. Como é indicação do Zé Guedes, o dinheiro não é para mim não, é para as criancinhas dos Cristais, que é o projeto Mariinha e eles deixaram extrapolar o prazo e nós perdemos esta verba. Isso é... Tem mais coisas. Estou chamando atenção que nós vereadores temos que tomar as providências. Uma obra empenhada, ele não tem que meter o bico não e se ele continuar, eu vou ter que fazer uma denúncia contra ele aí, não sobre isso, sobre o dia que ele assumiu esta cadeira aqui ilegalmente. Obrigado. O senhor quer falar? O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, eu quero só para eu...”. O Senhor Presidente: “com a palavra, o vereador Flávio”. O vereador Flávio de Almeida: “é só para eu ser justo, não é? Porque, senão, a gente...”. O vereador Leci Alves Campos: “estou aguardando, Presidente”. O vereador Flávio de Almeida: “só para eu completar aqui, Leci. Nesta quinta-feira, não foi o ex-vereador Tiago Tito que estava lá não, era um outro pré-candidato, tá? É só para ser justo, não é? Porque quem estava lá não era o Tiago Tito não. Era um outro pré-candidato que me assustou muito e ainda estava acompanhado da sua assessoria, não é? E a sua assessoria deveria estar trabalhando naquele momento. Vereador Leci, desculpe ter te interrompido”. O vereador Leci Alves Campos: “não tem problema. Boa noite Presidente, boa noite vereadores, boa noite público presente. Completando aqui a fala do vereador Flávio, no período de 2009, 9, 10 a 2012, nós fomos Secretários do governo anterior e quando



chegou o prazo para a gente ser descompatibilizado, o Executivo só faltou falar conosco assim: ‘se possível, nem passe na porta da prefeitura’”. O vereador Flávio de Almeida: “é verdade”. O vereador Leci Alves Campos: “então, por aí a gente vê a postura diferente de um Executivo e de outro Executivo, não é? Então, aqui um louvor ao ex-prefeito Carlinhos Rodrigues sobre esse assunto e esse aspecto. Completando o que o senhor disse aí, vereador Flávio, tem dois casos também que eu tomei conhecimento, eu não vou citar nome porque se eu tiver que citar, eu vou na Dra. Andressa, ela é muito séria, Promotora Eleitoral, e eu resolvo isso muito mais rápido. Mas teve um... Tem um pré-candidato aí que falou para uma pessoa que quando desocupar um imóvel do Minha Casa, Minha vida, vai passar para ela. Olha que coisa estranha. E teve outro pré-candidato que falou que está aguardando o prefeito exonerar dos cargos no período de noventa dias, creio que deve ser dois de julho, que os cargos da Educação ele vai indicar as pessoas. Olha que coisa mais estranha, não é? Então, Senhor Presidente, o Senhor tem razão, vamos ficar atentos porque é totalmente ilegal fazer a campanha extemporânea. Agora, a comunidade tem que entender, se está fazendo a campanha extemporânea, que dirá se for eleito, não é isso?”. O vereador Flávio de Almeida: “é verdade”. O vereador Leci Alves Campos: “muito obrigado”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente. Primeiro, eu queria compactuar da fala do vereador Leci, justiça seja feita, realmente, o ex-prefeito Carlinhos Rodrigues quando a gente se descompatibilizou, ele fez esse pedido. Eu sou um que saiu do pátio seis meses antes da eleição e mais três anos e alguma coisa de mandato aqui, entrei lá uma vez para apresentar o vereador Fausto Niquini, que ele não conhecia a Secretaria, nunca mais voltei lá, nem antes, nem depois. Faz quatro anos mais ou menos que eu saí de lá, com exceção do dia que eu fui lá com o vereador Fausto



Niquini, nunca mais entrei lá. Isso foi uma recomendação que ele fez. Quero voltar aqui ao assunto da água. O Senhor pode até ficar insatisfeito, mas nesse referido bairro que o Senhor está falando, o primeiro projeto da COPASA que tem lá, fui eu que desenvolvi, junto com João Andrade, antes de ser vereador, quando ocupei a pasta da Secretaria de Obras e foi barrado pelo DER porque ele queria que a COPASA envelopasse a adutora com concreto e a COPASA não tinha condição financeira para isso. O município, no então governo Carlinhos Rodrigues, havia feito um acordo de entrar com o maquinário e a COPASA entrar com a tubulação, foi desenvolvido o projeto, mas barrou-se na burocracia do DER que não deixou passar. Depois disso, realmente, eu nunca mais mexi, mérito do Senhor e muito bem colocado, aquele povo precisa. Hoje mesmo eu tive uma demanda de lá, de uma senhora que pediu uma água e eu queria deixar isso registrado aqui, eu não entendo o governo, ele proibiu os caminhões pipa de colocar água onde as pessoas estão construindo, só pode colocar para beber. O Santinho tem nome de santo não é à toa não. Ele, de fato, é um santo, tem se desdobrado no milagre para atender essas pessoas aí, são inúmeros bairros de Nova Lima que não têm água. Porque ele deixa construir? Porque não vai lá então e impede o bairro inteiro de construir? Ao invés de ficar marcando pessoas, porque o que o governo faz é marcar as pessoas. Outro dia, eu recebi uma notícia que pode ser até, entre aspas, uma fofoca, mas chegou aos meus ouvidos que o Procurador disse que eu estou agora contra o município quando eu falei aqui, na semana atrasada, com relação à atitude do Secretário Geraldo Magela contra a pessoa do senhor Eustáquio. Quando eu disse isso, eu não disse contra a pessoa especificamente não, porque ele representa o município na cadeira que ele ocupa. Eu não sou contra a ordem no município não, muito pelo contrário, eu sou muito a favor da ordem, desde que ela seja ordem, porque do jeito que eles fazem, eles



marcam as pessoas, isso é discriminação, isso nós não podemos aceitar. Agora, se é lógico, se é para todo mundo, que ele pegue lá o bairro inteiro e fale: “olha, eu vou demolir tudo aqui porque está tudo irregular”. Ou: ‘eu não vou deixar ninguém construir mais aqui’. Tudo bem, beleza. Está dentro da lei? Está dentro da lei, vamos cumprir. Agora, eu vou... Ah, eu não gosto do Leci, então ele não pode, mas o Fausto é bonitinho, tem o cabelo grisalho, pode ser. Não, não pode, é isso que não pode acontecer. Então, por exemplo, eu tenho uma mensagem aqui no meu celular que o cara me disse assim... O rapaz que coloca a água: ‘esta mulher...’. Eu quero até abrir porque fica mais fácil: ‘esta mulher que está te pedindo água, ela não mora na casa, ela está construindo’. Uai, e faz massa sem água? E constrói sem água? E cadê o projeto da casa, porque eles não barraram? Não só o dela como os das mais duzentas casas que têm lá no bairro? Então, está errado isso. Hoje uma outra mulher me ligou pedindo: ‘ah, estou sem água para construir’. Aí chega uma mensagem do rapaz que coloca: ‘ah, essa mulher é muito chata, ela é muito grossa’. Uai, e daí? Ela é munícipe, com certeza ela fez uma grosseria porque ela foi maltratada, toda ação tem uma reação, estou cansado de dizer isso aqui. Então, estou só aproveitando o gancho para mostrar e pedir para o prefeito para repensar nessa situação, ou proíbe o bairro inteiro ou libera o bairro inteiro e dê condição. A COPASA está pronta para colocar água, tanto na Fazenda Belarmino quanto na Fazenda do Vicente Seabra, há mais de quatro anos aguardando contrapartida do município. Todo mundo sabe que ela precisa receber uma parcela e ela não recebeu a parcela, por isso a água não está lá. Então, muito obrigado”. O Senhor Presidente: “eu gostaria de dizer que eu, no início do mandato do prefeito Cassinho, nós fomos a uma reunião lá no bairro, na casa do Guto, tinha cerca de setenta pessoas e ele prometeu que em seis meses colocaria água lá. Ele nunca foi à COPASA fazer uma solicitação nesse



sentido. Eu fico muito aborrecido porque ele fez a promessa lá e eu falei ‘pode confiar’, e até hoje nada. Sobre o DER, eu novamente vou citar o nome do Guto, nós batalhamos e conseguimos, o impasse maior era a abertura da estrada para que passasse a rede, a autorização está na prefeitura. A desculpa era essa, então, hoje não tem mais desculpa. É um absurdo, como o senhor disse aí, a pessoa está construindo o seu barraco lá para sair do aluguel, a pessoa às vezes não tem lugar para morar. Ele deveria aplaudir essa pessoa que está construindo com o maior sacrifício em toda Nova Lima, não é só no Bairro Belarmino não. Cada casa que surgir é uma família que vai ficar feliz e vai ter um teto. Isso aí não é favor não. A prefeitura... O direito da água e da luz, da energia elétrica, é obrigação, é lei, não é favor do Cassinho colocar água no caminhão pipa para aquele pessoal não. Volto a frisar, cada um que fizer um barraco lá é uma família que vai ser feliz. Então, a batalha é grande, nós vamos continuar e, sendo atropelados ou não, nós, eu principalmente, o Guto, nós vamos continuar com essa luta porque sem água... Sem luz ainda passa, mas sem água não tem jeito”. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: 1) Do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Senhor Presidente envie moção de pesar à família enlutada da Sra. Maria Gonçalves de Oliveira, em nome de sua filha, Sra. Tânia Lúcia de Oliveira Lucena, residente e domiciliada à Avenida Presidente Kennedy, 601, Cabeceiras em Nova Lima. Aprovado, nove votos. 2) Do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Excelentíssimo Prefeito Municipal encaminhe ao Legislativo os Editais de Chamada Pública referentes à Lei Municipal de nº 2531, que “Dispõe sobre a concessão de auxílios, contribuições e ou subvenções sociais” com: data da divulgação, veículo de comunicação da divulgação e ata de resultado das entidades beneficiadas. Em discussão, o vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, é só para reforçar essa solicitação



aqui. Ano passado, no final do ano, esta Casa votou a Lei Municipal 2.531 que trata do assunto das subvenções. E a gente questionou na época muito porque não tinha as entidades na lei e tem um artigo que fala que seria publicamente mostrado à população toda a chamada pública para que os interessados apresentassem seus projetos e assim concorressem ao recebimento da subvenção. Pois bem, eu havia entendido que ia sair no jornal, nos semanários da cidade, no jornal 'Em Casa' que é um jornal da prefeitura, um jornal que circula nos finais de semana, da prefeitura, porque eu entendo que ainda é o jornal oficial, não é? Porque o DOM, que é o Diário Oficial do Município, tem uma lei que cria o DOM, porém o Executivo não sancionou a lei. A lei é sancionada pelo Executivo, mas não foi aplicada. Pois bem, o que aconteceu? Tem uma entidade, Coral Jambreiro, ela estava o tempo todo acompanhando os jornais para fazer o seu projeto e apresentar para poder concorrer à subvenção, sendo que é uma das únicas fontes de recebimento, de receita, que esse coral tem. Pois bem, o que aconteceu? Foi publicado só no portal, a entidade não viu no portal e perdeu, e mais um ano vai ficar sem subvenção, quer dizer, uma falta de divulgação, porque eu entendia que existem os jornais para isso, porque não quer dizer que todas as pessoas deveriam consultar o portal diariamente, não é? Apesar de que tem pessoas que, às vezes, têm tempo para isso, mas o jornal todo mundo já fica interessado em saber o que o município está dizendo. Então, o jornal 'Em Casa' seria um ótimo veículo de comunicação. Então, para isso, eu fui procurado pelo coral e posso ser procurado por outras entidades que também foram prejudicadas, Senhor Presidente. Então, eu gostaria de saber quando que foi divulgado, que seja no portal, qual que foi o veículo, se for citado que é só o portal, e a ata de resultados, para eu poder falar com as entidades: 'infelizmente, você vai ficar mais um ano sem receber a subvenção porque você perdeu o prazo, porque você não tomou



conhecimento da Chamada Pública””. Requerimento aprovado por nove votos. 3) Do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Excelentíssimo Prefeito Municipal que a Secretaria de Cultura, através do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Artístico de Nova Lima, providencie o registro como patrimônio cultural imaterial o pastel de Santo Antônio, fazendo parte do registro de bem cultural o modo de fazer do pastel de Santo Antônio. Em discussão, o vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, nós já temos o patrimônio imaterial da nossa cidade que é a Queca, que é o bolo inglês, não é? Que é feito aqui por diversas famílias e até comércio tem feito. Temos também a lamparina que é um trabalho que está sendo desenvolvido e porque não agora incluímos o pastel de Santo Antônio? Às vezes, as pessoas vão falar assim: ‘ah, mas o pastel todo lugar tem’. O pastel de Santo Antônio tem um gosto especial. O pastel de Santo Antônio foi o exemplo para outras paróquias, não só no sentido do sabor do pastel, mas no sentido financeiro, arrecadação que beneficia as paróquias. Então, vamos torcer aqui que o nosso Secretário de Cultura, junto ao Conselho do Patrimônio Histórico, faça esse dossiê para nós termos, então, como bem imaterial o pastel de Santo Antônio”. Requerimento aprovado por nove votos. O Senhor Presidente: “próximo requerimento, Alessandro Luiz Bonifácio, Coxinha, vereador”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, o Senhor, se me permite antes de fazer a leitura, eu quero cumprimentar o presidente do meu partido, Paulo Seabra, que está aqui hoje nos prestigiando. Muito obrigado, Paulo”. 4) Do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer ao Senhor Prefeito Municipal, junto à Secretaria Municipal competente, a iluminação da Rua Projetada, próximo ao nº 31, no Bairro Nova Suíça. Em discussão, o vereador Silvânio Aguiar Silva: “senhor vereador, essa rua é aquela rua da igreja lá em cima, a última lá em cima? Essa rua chama Rua Espírito Santo, ela já foi nominada e



existe ali... Eu entendo o requerimento do senhor, mas eu acho que cabe aqui esse esclarecimento. A administração já colocou aqueles postes, ali tem serviço do Gilson, ali tem serviço meu, os postes foram colocados e eu acredito que não tem muito o que fazer ali, uma vez que a CEMIG não autoriza, de maneira nenhuma, a colocação da iluminação. O senhor vê que teve um esforço da administração pública no sentido de fazer aquela iluminação, os postes foram colocados e, infelizmente, a CEMIG não autoriza. Inclusive, o padrão de luz para a colocação dos postes estão lá. Então, eu entendo que seu requerimento é válido, mas ele é inadequado. Vou votar a favor, é lógico e evidente, mas ele é inadequado, uma vez que ali tem um problema que não é da administração e, sim, da CEMIG que não autoriza em função da legislação vigente a colocação daquela iluminação ali”. O Senhor Presidente: “eu gostaria de dizer que eu também tenho requerimento sobre aquela rua há mais de quinze anos. A CEMIG realmente vetou a instalação da energia elétrica naquela rua. Com a palavra, o vereador Alessandro Bonifácio”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “vereador Silvânio, tive uma reunião lá semana passada e citei sim da atuação do vereador, Presidente da Casa, José Geraldo Guedes, citei da atuação do vereador Silvânio Aguiar, porque as reuniões que eu vou... Que eu estou fazendo aí nas comunidades, eu sempre levo o nome da Câmara, porque só eu sei, como vereador, o que nós dez vereadores trabalhamos e, talvez, tem hora que o povo não tem tempo, não tem como, não sabe das coisas, dos requerimentos que nós vereadores cobramos em prol da comunidade nova-limense. Falei também do serviço do vereador Gilson e sempre tem as reivindicações, não é? Sempre aparecem as reivindicações e eu não sabia que a CEMIG já tinha travado. Mas é brincadeira, os postes estão lá e não colocam a iluminação. Então, a única resposta que eu posso dar



para a comunidade é...”. O vereador Leci Alves Campos: “senhor vereador, o senhor já viu a conta de energia, se cobra a taxa de iluminação pública?”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “cobra de lá, é brincadeira. Cobra”. O vereador Leci Alves Campos: “o senhor tem aí essa ferramenta para procurar diretamente a CEMIG”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “então, nós vereadores, principalmente o vereador Silvânio, José Geraldo Guedes e Gilson, que têm família lá, parentes lá no Nova Suíça. É a única coisa que eu posso dar resposta para as pessoas quando elas vêm reivindicar alguma coisa é através do requerimento, não é? Aí nós vamos saber dar a resposta. Mas eu não sabia da CEMIG que está travando, nós temos que trabalhar em cima disso, porque isso aí lá é brincadeira”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu fui citado pelo vereador. Infelizmente, as pessoas não são justas... Infelizmente, as pessoas não são justas quando se referem ao trabalho do político, sabe? Quando vai um outro político lá a tendência das pessoas, e a gente sabe disso, é dizer assim: ‘ninguém nunca fez nada aqui e tal’. Desde o início, quando o vereador Gilson, porque eu sei disso, aquela subida forte que tem ali, quando o senhor ainda era Secretário de Obras, a dificuldade que foi para fazer aquilo ali. Com a denominação da rua, para a gente conseguir fazer o prosseguimento daquela rua, porque ela terminava naquele lugar ali, ela não ia até lá na igreja, foi uma luta para a gente conseguir aquilo ali. Aí quando vem o requerimento com a Rua Projetada, quer dizer, mostra das pessoas, talvez, até a falta de comprometimento ao dizer para vocês: ‘olha, essa rua tem nome, esses postes foram colocados aí para que se tenha a luz’. E, com relação à questão da iluminação pública, vereador Leci Campos, se me permite, a iluminação pública tem a ver de uma forma geral, ela não é cobrada por causa da sua... Vamos dizer da sua, eu não estou colocando a conotação na sua casa não, mas a iluminação pública não é cobrada em função da luz



que você tem na sua rua e, sim, da luz que é rateada pela cidade inteira. Então, a sua justificativa, nesse caso específico, e eu entendo que ela, em alguns momentos é plausível no sentido de a gente tentar adequar ou melhorar a questão da iluminação da cidade, mas ela não é pertinente a esse caso específico porque ali é um loteamento totalmente irregular e o fato de ele ser irregular não daria direito de não ter luz, mas ele fica debaixo de uma rede de energia elétrica, que é perigoso. Então, a CEMIG faz isso por questão de normas técnicas, não é porque ela não quer, as pessoas todas que moram lá sabem disso. Não é porque a CEMIG não quer: ‘não vou fazer essa iluminação aqui porque esse pessoal veio para aí’. Não é por isso não, é porque lá passa uma rede de alta tensão encima e as pessoas ocuparam e compraram de forma legal o terreno nesse espaço físico. Então, a taxa de iluminação pública que vai nas contas de luz que eles recebem e essas contas de luz são referentes à uma ligação que é feita na rua de baixo e não na rua de cima, ela não é pertinente especificamente a essa rua deles em função disso, porque como a rua teoricamente não existia, todo mundo pega a eletricidade na rua de baixo que legalmente existe. Então, é por isso que eu acho que não cabe aí. Mas de qualquer maneira é uma explicação, eu acho que nós temos aqui o dever de tentar defender a colocação daquela iluminação porque realmente é muito perigoso ali sem luz, mas eu vejo dificuldades”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, eu fui citado”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Leci Campos”. O vereador Leci Alves Campos: “com relação à taxa de iluminação pública, eu acho até uma incoerência dizer que eu estou pagando uma iluminação pública que não é da minha rua, eu estou pagando uma iluminação pública da divisão de toda a cidade. Ora, senhor vereador Alessandro, procura o Ministério Público, faça uma representação, chama a televisão, queima pneu



lá, quero ver se eles não vão colocar luz lá para eles”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem. Eu queria compactuar parte da fala do vereador Silvânio e complementar dizendo que eu participei daquilo lá de fato. E a CEMIG está amarrando custos, porque de fato o que impede ali é a rede de alta tensão que passa e a legislação não permite, não é nem a CEMIG. Mas permite a energia subterrânea, o cabeamento subterrâneo, e como o custo é dez vezes maior do que o aéreo, o aéreo ela não pode colocar, então, ela coloca dificuldade, até o posteamto que ela colocou lá é inadequado para a iluminação subterrânea. É isso que está acontecendo lá. É só bater na CEMIG lá porque ela tem condições, ela recebe e ela tem... Eu não entendo... Até nem entendo porque outro dia eu vi uma reportagem da CEMIG no vermelho. Como que uma empresa que coloca energia no país inteiro praticamente, no estado inteiro, em todas as residências, se você não paga, ela corta, e ela está no vermelho? Ou é má administrada ou está fazendo conta errada, não existe. Então, ela pode sim, mas tem que ser subterrâneo, viu, vereador? Ela... Eu participei disso lá no princípio, o projeto chegou até a começar a ser desenvolvido e não sei por que, acho que ela esbarrou no custo alto e não quer fazer”. Requerimento aprovado por nove votos. 5) Da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: Requer ao Senhor Presidente encaminhe moção de congratulações ao Dr. Ricardo Salgado Guimarães, pela sua posse como Membro Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, assumindo a cadeira nº 58, e teve com patrono João Severiano Maciel da Costa, o Marquês de Queluz, em Sessão Solene realizada no último dia 11 de junho de 2016. Aprovado, nove votos. O Senhor Presidente: “próximo requerimento, vereador Silvânio Aguiar”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, o Senhor me permite fazer um requerimento verbal no lugar desse? Se ao final, ainda tiver quórum, eu faço esse requerimento?”. O Senhor



Presidente: “perfeitamente”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “então, eu vou substituir por hora. Solicito à Secretaria Municipal de Cultura que dedique uma maior atenção e cuidado ao Projeto Sexta na Feira e, principalmente, aos feirantes, pois muitos deles têm como seu principal sustento focado nesse projeto. O Projeto Sexta na Feira é um patrimônio da cultura do nosso município, é um dos poucos eventos culturais e recreativos que temos em nosso município. Não se trata de privilegiar os feirantes e, sim, de dar atenção a um projeto que atende à toda população de Nova Lima. Senhor Presidente, é esse o meu requerimento, eu quero fazer um comentário dele”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Silvânio Aguiar”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, o Projeto Sexta na feira está, literalmente, esquecido pela Secretaria de Cultura do nosso município. Infelizmente, o que a gente percebe é que os feirantes estão deixados aí. Essa semana eu participei em algum momento do projeto e os banheiros químicos, por exemplo, que são só dois, estão lá atrás da prefeitura, eles ficaram virados, quer dizer, as pessoas não podem usar sequer os banheiros químicos que estavam lá. Eu não sei se foi por descuido da Secretaria, se foi, está errado, ou se é porque a empresa que muito possivelmente aluga esses banheiros para a prefeitura, por algum motivo não quis que usassem naquele momento. Mas, vê bem, um projeto que aglomera tantas pessoas, você não ter sequer o banheiro químico que normalmente se tinha ali. Então, eu penso que a Secretaria de Cultura, as Secretarias, eu não sei se é só a Cultura que trata especificamente desse projeto, mas a gente não pode deixar esse projeto morrer dessa forma que ele está morrendo, ele está morrendo à míngua. O que tem ali ainda, que ele morreu do ponto de vista do que ele foi projetado, que era para trabalhar a questão do artesanato e de outras coisas ali que não só a alimentação. Hoje você só tem a alimentação, artesanato muito pouco, escondido do lado de lá, jogado de



alguma forma do lado de lá e as pessoas tendo que conviver com aquilo ali, eu penso que não é interessante. Então, a gente solicita aí da administração uma atenção maior para esse projeto que é importante para o nosso município, uma vez que nós não temos outro projeto de lazer para a população de Nova Lima que não seja esse aí, do ponto de vista do município não tem nada mais. Então, é dar uma atenção nesse sentido”. O Senhor Presidente: “em votação o requerimento”. O vereador Leci Alves Campos: “está em discussão ainda o requerimento?”. O Senhor Presidente: “está em discussão”. O vereador Leci Alves Campos: “eu gostaria de fazer um comentário. Foi citado que o projeto está à míngua. Com todo o respeito, tem muita coisa na Cultura que está à míngua, não é só o Projeto Sexta na feira não. Graças a Deus, eu tive a informação que a Casa Aristides vai começar a ser reformada, mesmo porque Dra. Ivana já disse que se não reformar, ela vai recolher a verba que foi destinada. Mas o Projeto Sexta na feira realmente entrou em decadência, uma vez que é, como foi dito, é um projeto de lazer e é um projeto também financeiro para as pessoas que têm... É uma renda para as pessoas que têm a barraca. A senhora Luciana é a responsável pelos feirantes para levar os anseios para o prefeito e eu sei que ela tem se dedicado muito a isso, tem procurado o secretário, tem procurado o prefeito, até todos os problemas que têm acontecido, ela consegue voltar, não é? Tiveram vários casos que a Feira ia ser cancelada, ela conseguiu que voltasse. Então, realmente o que as pessoas, o que os feirantes, com o seu representante, não estão conseguindo, realmente não é uma boa vontade de quem está na gestão da pasta. Agora, tem um outro projeto também, que o senhor disse que não tem outro projeto de lazer, e é muito interessante que ele é muito parecido com o Sexta na feira, é o projeto que tem no sábado pela manhã. Ele tem música ao vivo, ele tem barraca, ele tem público, tem qualidade, quer dizer, é um projeto de lazer e não é da



Cultura. Muito bem lembrado, não é? Então, realmente, no caso ali parece que ele é ligado à Ação Social. É, não é isso? Então, realmente, cada um faz a gestão do jeito que a competência lhe proporciona, não é isso?”. O Senhor Presidente: “eu gostaria de dizer que a obra lá da Casa Aristides vai entrar em andamento somente porque a verba é do TAC, não é da prefeitura, senão aquilo ia desabar”. 6) Do vereador Fausto Niquini Ferreira: Requer à Mesa seja enviada moção de aplausos à Associação dos Doadores Voluntários de Sangue e de Medula Óssea da Região de Nova Lima, Raposos e Rio Acima. Em discussão, o vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereador, o senhor me permite fazer a assinatura desse requerimento juntamente?”. O vereador Fausto Niquini: “vereador Silvânio Aguiar, eu acho que tamanha é a importância desse requerimento, eu acho que deveria ser a Casa, a Casa que deveria assinar”. O Senhor Presidente: “colocar em votação a solicitação do vereador Fausto Niquini, autor do requerimento, para que o requerimento saia em nome da Casa. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado”. O vereador Fausto Niquini: “Senhor Presidente, eu tenho um verbal. Que a Secretaria de Trânsito...”. O Senhor Presidente: “tem um outro requerimento...”. O vereador Fausto Niquini: “então, desculpa”. O Senhor Presidente: “Silvânio Aguiar”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “é o requerimento que eu tirei, vereador”. 7) Do vereador Silvânio Aguiar Silva: Requer ao Chefe do Executivo Municipal a presença da Guarda Municipal nas proximidades da Escola Estadual João Felipe da Rocha, no local de embarque dos alunos ao fim de cada turno escolar. Em discussão, o vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, essa minha solicitação está valendo ali para perto do Polivalente, mas qualquer cidadão nova-limense que sair caminhando perto das escolas estaduais no horário de entrada e saída dos alunos, pode perceber claramente os relatos que nós fizemos ali. Infelizmente, tem uma indisciplina na porta das escolas, na



saída desses meninos e quando entram e que vão pegar esses ônibus, que precisam ser coibidos, sabe? A gente precisa ter um disciplinamento, principalmente no Polivalente, eu estou falando do Polivalente porque recebi aqui uma comissão de pessoas que moram ali perto, que estão preocupados com toda essa algazarra que se forma na porta de suas casas. Então a gente solicita aí... Eu sei que a Guarda Municipal é uma guarda, em muitos casos, patrimonial, não é? Do ponto de vista legal. Mas que também trata de olhar o trânsito da cidade, então, a gente imagina que talvez a Guarda Municipal pudesse ser uma saída interessante já que a Polícia Militar não dá conta, é lógico e evidente, com tantas atribuições que tem, de resolver essa situação. E os pais também, não é? Que a gente imagina que o... Eu, na minha época que eu pegava ônibus, ia para a Bela Fama, teve uma vez que meu pai me tirou lá do fundo do ônibus e, sinceramente, graças a Deus, ele quebrou os meus óculos na minha cara, na ignorância. Mas nunca mais eu fiz aquilo que eu vinha fazendo dentro desse ônibus de Honório Bicalho. Agora a gente sabe que se um pai encostar a mão no filho, ele corre o risco de ser processado. Então, eu penso que as pessoas quando vêm nos colocar essas questões, elas têm que lembrar que esses meninos têm pai e têm mãe também e que eles estão em casa ou às vezes trabalhando, que precisam ser olhados também. Não é só uma questão da polícia, não é só uma questão da Guarda Municipal, do professor que pouco dá conta de tratar dos meninos dentro de casa”. O Senhor Presidente: “vereador Silvânio, muito bem colocado esse requerimento da Vossa Excelência. Eu já até desisti, que eu devo ter, principalmente lá no João Felipe da Rocha, uma meia dúzia de requerimentos e eu nunca fui atendido, nunca fui atendido. É um colégio que eu acredito que tenha o maior número de estudantes em nossa cidade. Não só lá. É quase que uma obrigação de ter a Guarda Municipal, principalmente na porta de escola. É droga, é briga. Naquele local lá



é um verdadeiro inferno. Então, o senhor está de parabéns. Quem sabe o senhor consiga? Porque eu não consegui”. O vereador Fausto Niquini: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “os vereadores que concordarem com o requerimento permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Próximo vereador, Fausto Niquini”. O vereador Fausto Niquini: “Senhor Presidente, que a Secretaria de Trânsito providencie a colocação de uma placa de retorno para Belo Horizonte nas imediações ali do Bairro Cabeceiras, mais precisamente no Largo dos Dois Coqueiros, ali na esquina da Rua Maria Andreza Alves. Eu tenho ouvido vários relatos de, como ali existe uma clínica do DETRAN ali, bem no Largo dos Dois Coqueiros, onde as pessoas vêm tirar a sua primeira habilitação ou, então, fazer a renovação da sua Carteira Nacional de Habilitação, e tem vindo muitos candidatos lá das Seis Pistas, dos condomínios e eles não têm ali muito costume de frequentar aquela região, então, o que está acontecendo? Eles estão apresentando uma tendência a retornarem na contramão da Avenida Presidente Kennedy e por várias vezes já aconteceram alguns acidentes ali. Mas antes que aconteça acidentes mais graves, acho que seria de grande valia, de grande importância colocar uma placa simplesmente ali na esquina dessa rua, tá? Fica aqui o meu apelo, está certo? E espero que os moradores de lá sejam atendidos. Muito obrigado”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “questão de ordem, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “em discussão o requerimento do vereador Fausto Niquini”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “ah, tá. Não, pode colocar em...”. O Senhor Presidente: “os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “questão de ordem”. O Senhor Presidente: “eu queria, antes de o vereador Alessandro Bonifácio, fazer aqui um requerimento ao vereador... Um requerimento e parabenizar o vereador Gilson Marques



por um fato ocorrido nesta Câmara muito desagradável. Eu sou combativo, sou um lutador, mas nenhum vereador nesses seis mandatos meus viu o José Guedes mexer com a vida particular de quem quer que seja, não só vereador. Eu tenho comigo, eu não dou conta da minha vida, eu não mexo com a vida particular de ninguém. Então, Gilson, agradecer ao senhor, não porque o... Eu estava totalmente ilegal. Mostrar ao senhor meus documentos antiguíssimos, só que estavam vencidos e agora eu tenho um novo, o novo documento, estou tranquilo. O senhor me salvou de, vamos dizer assim, de uma fria. A gente, às vezes, fica... Vereador, não é? Atuante. Fica o tempo todo cuidando de política e, às vezes, nós esquecemos de nós mesmos. Então, eu agradeço muito ao senhor, o senhor sabe de que eu estou falando. O requerimento é agradecendo ao senhor. Continua em discussão, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, sete votos. Muito obrigado, senhor Gilson, vereador”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “questão de ordem, Senhor Presidente. Questão de ordem, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “questão de ordem, vereador”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “questão de ordem, Senhor Presidente”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “pode falar, depois eu vou pôr o meu requerimento verbal, mas pode...”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “quem é, Senhor Presidente?”. O Senhor Presidente: “o senhor vai fazer requerimento?”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “estou pedindo questão de ordem”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “pode fazer o requerimento”. O Senhor Presidente: “o senhor pediu primeiro. O senhor vai passar para ele? É requerimento. Pode fazer, perfeitamente”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “o meu não é requerimento não, eu pensei que tivesse acabado, por isso poderia... Pode fazer”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, meu requerimento verbal é que esta Casa faça uma audiência pública. Tive, como Presidente



da Comissão de Serviços Públicos, tive várias denúncias lá no meu gabinete que o pátio de apreensão, está fazendo um pátio de apreensão no Campo do Pires, no seu bairro lá, vereador Gilson. Saindo da Chácara do Senhor Augusto e indo para o Campo do Pires. Então, isso é muito sério, muito sério mesmo. Acho que esse pátio de apreensão tem que ser numa área onde não tem população, não tem casas ao redor. Sai de um lugar e vai para outro? Então, eu queria pedir Vossa Senhoria que consultasse o Plenário, uma audiência pública sobre esse assunto, onde nós podemos aqui convocar o Ministério Público, a juíza, o Executivo, para discutir esse assunto que é muito importante, Presidente”. O Senhor Presidente: “em discussão o requerimento do vereador Alessandro Bonifácio. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Sete votos favoráveis”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu quero justificar o meu voto, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “eu vou entrar em entendimento com o senhor, a gente... Com o jurídico, o senhor pode procurá-los para marcar o dia”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu quero justificar o meu voto a favor desse requerimento”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Gilson Marques”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu também, como Vossa Excelência, tenho sido muito procurado para tentar barrar isso. Fui até o prefeito, ele me deu a palavra dele que isso era uma mentira e que não teria fechado nenhum contrato lá, mas fato é que o galpão está avançando lá, se erguendo cada dia mais. Ele me disse que ele estava atendendo um pedido de um vereador desta Casa, mas que ele não ia atender. O vereador tinha ido lá diversas vezes com o proprietário do terreno, do negócio, sei lá o nome que se dê a isso, é um negócio tão grande, tem tanta gente envolvida, não é? Depois eu fui aprofundando no assunto, soube que tem um ex-secretário, hoje diretor da prefeitura, envolvido também no negócio, com o discurso de que o único lugar que ele



tem de arrumar um dinheiro para a campanha dele é lá. Certo? Hoje eu fui surpreendido por um outro colega vereador me ligando, pedindo para eu me calar aqui, para eu não falar, não manifestar, porque o cara é gente boa. Gente boa? Vai ser gente boa lá no quinto dos infernos, lá do outro lado da cidade, na porta da minha casa não vai pôr aquele mosquiteiro não. Eu vou brigar aqui até a última gota do meu suor para proibir aquilo lá e conto com o apoio de Vossas Excelências. Aquele troço tem que ser colocado num lugar não habitado. Resolver? Tem, mas não onde tem outras famílias, não é trocar o problema de lugar não, é resolver o problema. Porque eles não põem... Tem vereador aí que está brigando para colocar aquele trem lá que tem muito terreno. Porque ele não põe no dele? No terreno dele? Certo? Ele chegou até a brigar com o prefeito aí porque o prefeito não quis alugar o imóvel. Porque não põe lá no terreno dele? Vai pôr lá na porta de casa? E as pessoas que moram lá? É porque são gente simples? São gente humilde? Eu não vou me curvar para isso, como eu nunca me curvei nesta Casa, não vou me curvar para nada. Hoje foi aí: ‘ah, você vota quinze cadeiras?’. Não voto. Falei desde o princípio que não voto. Não voto. Rasguei uma ficha do PR quando me chamou para lá e colocou a condição que teria que votar quinze cadeiras, eu rasguei a ficha. Rasgo de novo, não voto. Certo? Eu não me curvo aqui nesta Casa, não fui eleito para me curvar. Certo? Então, não vou me curvar diante desse negócio lá também. Posso até perder, porque com esse prefeito que está aí, ele não escuta ninguém. Pode ser até que eu perca a batalha, mas vou lutar até a última gota do meu suor e conto com Vossas Excelências. Muito obrigado”. O Senhor Presidente: “continua em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, sete votos. Questão de ordem, vereador André Vieira”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “só parabenizar aqui os escoteiros, que hoje se completam cento e



seis anos que o escotismo chegou ao Brasil. E eu vi o vereador Silvânio Aguiar falando principalmente do comportamento dos jovens dentro dos ônibus, e se tem uma coisa que eu me orgulho de ter participado foi justamente de ter sido escoteiro durante a minha juventude, porque o escotismo é um movimento juvenil, apartidário, sem fins lucrativos, educacional e que se move à base do voluntariado. É uma coisa realmente excelente. O escoteiro aprende a ter uma conduta cívica, moral e tem regras próprias de conduta. Ele é regido por uma lei, quem é escoteiro conhece a lei escotista. E uma das coisas que eu guardo da época que eu era escoteiro é o primeiro mandamento da lei escoteira que é: ‘o escoteiro tem uma só palavra e sua honra vale mais do que a sua própria vida’. Então, eu queria deixar aqui os parabéns a todos os que já foram escoteiros um dia e ao grupo de escoteiros de Nova Lima, da nossa cidade. Era só isso”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “é um requerimento?”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “não, não. É só deixar mesmo um registro”. O Senhor Presidente: “questão de ordem, vereador Gilson Marques”. O vereador Gilson Antônio Marques: “só queria deixar um registro aqui, que eu acabei de receber aqui uma mensagem no meu whatsapp que o prefeito... O processo que está todo mundo esperando aí condenação do prefeito acaba de ser suspenso lá em Brasília. Isso, de certa forma, até me tranquiliza porque está cheio de gente na rua aí plantando que Gilson não é candidato. Não. Eu não sou juiz, mas até hoje eu sou candidato. E com essa decisão me facilita muito mais porque o meu processo é atrelado ao dele, se não teve condenação para ele, quero ver se tem para mim. Muito obrigado”. O Senhor Presidente: “quarta parte: apresentação de oradores inscritos, inexistente. Encerramento: agradecemos a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declaro encerrados os trabalhos. Boa noite”.

---